

Interações de culturas

Luís Manuel Manana de Sousa

Escola Superior de Educação Almeida Garrett

E-mail: luismansousa1@sapo.pt

Palavras-chave

Interação, cultura, identidade nacional, escritores africanos.

Resumo

O artigo problematiza a questão básica do papel da literatura na construção da identidade nacional, no desenvolvimento da identidade política e cultural de um moderno estado-nação como Moçambique. A Literatura é a componente central da identidade cultural de todos os modernos estados-nação. Antes da independência os escritores africanos das colónias portuguesas podiam expressar a sua autonomia cultural, ainda que muitas vezes tivessem que iludir a censura. Desde a independência, uma nova geração de escritores como Mia Couto ou Ba Ka Khosa, tiveram necessidade de afirmar a sua identidade artística.

Entre a língua (sistema modelizante primário) e a cultura, existe uma interação que resulta numa influência mútua. Em contextos coloniais, a língua comporta, enquanto instituição social, variações, especialmente quando se desloca do seu contexto original para um outro processo de aculturação.

Title

Interaction of cultures

Key words

Interaction, culture, national identity, African writers.

Abstract

The subject presented raises the basic question of the role of literature in the construction of the national identity, in the development of the cultural and political identity of a modern nation-state like Mozambique.

Literature is a central component of the cultural identity of all modern nation-states. Before independence, African writers in the Portuguese colonies could express some form of cultural autonomy, even if they had to be mindful of censorship – as is evident in the poetry of the Mozambican José Craveirinha.

Since independence, a new generation of young writers like Mia Couto or Ba Ka Khosa felt compelled to assert their artistic identity. There is an interaction between the language (modeller primary system) and culture that results in mutual influence. In colonial contexts the language behaves as social institution and undergoes variations, especially when moving from its original context to another process of acculturation.

“A língua portuguesa tem possibilitado a edificação da Nação moçambicana no que respeita aos aspetos ideológico-políticos, sociais e jurídicos. Por sua vez, as línguas moçambicanas têm transmitido, criado e desenvolvido muitos aspetos culturais populares, sendo os principais meios de comunicação entre a maioria dos cidadãos. Mas isto não significa que a língua portuguesa não seja, igualmente, um veículo para o desenvolvimento cultural, lado a lado com as línguas moçambicanas, sobretudo se se tiver em conta que o número de falantes do português tende a crescer, assim como o número de cidadãos que o têm como língua materna.”¹ .

A adoção da língua portuguesa como língua de expressão literária envolve um projeto de identidade nacional. A literatura fala uma linguagem particular que se sobrepõe à natural como sistema secundário, o que a define também como sistema modelizante secundário, “*não se pode separar a língua da literatura; não há limiar para a língua, não se pode pará-la.*”².

Os sistemas modelizantes permitem ao homem a organização estrutural do mundo circundante, passando os seres e as coisas a serem estruturados e categorizados como sinais. O mundo representado pelo texto literário é, pois, um mundo construído, o que não implica a sua total autonomia relativamente ao mundo atual, o qual é modelizado quando o texto literário constrói um mundo fictício, representado metaforicamente.

É, contudo, à cultura que cabe a tarefa fundamental da organização estrutural do mundo que, segundo uma proposta de política cultural de Moçambique, é concebida “*como um conjunto de sistemas interligados que nos permitem perceber, julgar, comunicar, produzir e comportarmo-nos de determinada maneira perante a natureza e os outros homens.*”³ . Segundo Titiev, a cultura é todo o conjunto de objetos, valores, significados simbólicos e formas de comportamento repetitivas que guiam a conduta dos membros individuais de uma sociedade. Nenhum aspeto de cultura pode ser biogeneticamente transmitido, e cada pessoa tem de aprender quais as facetas da cul-

tura que lhe dizem respeito, podendo os padrões da cultura persistir para além da morte ⁴ .

Ora, entre a língua (sistema modelizante primário) e a cultura, existe uma interação que resulta numa influência mútua⁵. Em contextos coloniais, a língua comporta, enquanto instituição social, variações, especialmente quando se desloca do seu contexto original para um outro processo de aculturação.

Sendo a literatura uma linguagem simbólica, ela exprime e define um espaço cultural, um espaço nacional⁶ em que a obra literária é, simultaneamente, resistência à história e signo dessa mesma história, não podendo o comparatista, na sua análise literária, separar o texto do contexto cultural e sócio-político.

A questão que nos ocupa, da identidade no contexto africano, deve ser entendida como uma homogeneização de conflitos, integrando as forças divergentes num nível de organização suficientemente coerente⁷. A construção dessa identidade terá sempre em conta o contexto histórico, que desempenha papel relevante na formação da respetiva identidade cultural e cujo conceito é apontado pelo moçambicano Luís Bernardo Honwana:

“Das várias definições que se aceitam do conceito de identidade cultural, podemos reter que se trata da identificação espontânea dos indivíduos com uma determinada cultura, com um universo sócio-linguístico, com uma determinada nação ou região, que cultiva ou propugna certas crenças, certos valores, que partilha um processo histórico e um destino comuns. Esta identificação revela-se e plasma-se na personalidade, através de um estilo de vida, de certas preferências e repulsas e certos comportamentos. Perante esta definição é fácil concluir que as distintas comunidades - regionais e etnolinguísticas, etc. - tenham forjado uma identidade cultural definida e que, a nível de toda uma nação, a identidade cultural tenha contornos mais vagos. E que, finalmente, a nível de um estado, não se possa, na maior parte dos casos, falar com legitimidade de identidade cultural.”⁸

São relevantes, ainda a este propósito, as propostas e as recomendações na 1ª Conferência Nacional sobre Cultura, em Maputo:

“a) A identidade nacional não deve ser vista como um modelo único e uniforme para todo o Moçambique, pois a identidade cultural reside nos elementos comuns a todas as culturas moçambicanas...

b) Que a moçambicanidade seja assumida como aquela que emerge de um longo processo de convivência e aceitação mútua entre os habitantes de Moçambique. Através de fenómenos endógenos, o modo existencial corresponderá, gradualmente, ao que for possível, necessário e objetivo.

c) Que a consciência nacional tenha uma relação com a identidade cultural moçambicana, fazendo, sempre que ‘possível’ e necessário, um retorno ao passado e que os valores culturais, sejam eles urbanos ou rurais, sejam considerados elementos com função social específica.”⁹

Ao citarmos estes testemunhos vindos de Moçambique, comprovamos que abordar a realidade moçambicana é afrontar a complexidade gerada pela sobreposição dos diversos mundos das diferentes mentalidades e períodos que, interferindo uns nos outros, tanto se influenciam como se entrecrocavam mutuamente. A especificidade dos sistemas em causa deverá conduzir o investigador comparatista a apoiar-se na herança de conhecimentos da história e do espírito dos povos africanos (moçambicanos), transmitidos pela «voz» ao longo dos tempos, que é a tradição oral.

O europeu deu origem a uma profunda perturbação nas sociedades africanas, durante séculos confinadas exclusivamente a reinos e nações. A instabilidade e a violência usadas naquelas sociedades tradicionais, sejam ideológicas sejam simplesmente físicas, só agora começam a ser superadas pelo entendimento e pela partilha. O Estado dessas novas nações (com fronteiras étnicas dentro de um mesmo Estado e para além dele) passa a definir princípios comuns de gestão geral (direitos e deveres, liberdades e garantias dos cidadãos), estabelecendo uma estratégia de aproximação das diversas

culturas/nações que contêm, aproveitando os fatores comuns para os desenvolver e torná-los elos de uma identidade.

A identidade nacional e a sua unidade passariam pelo reconhecimento da diversidade, tendo nela a «*pedra angular da construção do edifício coletivo que é a Nação*»¹⁰.

As culturas africanas, no dizer de Mwatha Ngalasso, não morreram pelo fator colonial, pelo contrário, opuseram-lhe uma resistência ativa que criou uma nova dinâmica cultural.

A conceção africana pós-independência da cultura e da tradição tem sido um obstáculo ao desenvolvimento não suscitando o direito à identidade cultural senão a inércia, a resistência à renovação dos modos de pensar.

Como referem Salomão Manhiça e Ana Elisa Afonso:

“a cultura é uma dimensão necessária e essencial do desenvolvimento global significando isto, a) que o bem-estar material e espiritual do homem deve ser a razão de ser e o objetivo último do desenvolvimento, e, b) que os projetos e programas de desenvolvimento deverão ser cuidadosamente harmonizados com os valores sócio-culturais e as expectativas das comunidades a cujo serviço se destinam, sob pena de apenas provocarem desinteresse e alheamento destas em relação àqueles.”¹¹

A 1ª Conferência Nacional sobre Cultura (Moçambique, 1993) recomenda uma participação ativa por parte da sociedade civil, na implementação e promoção de uma política cultural baseada num desenvolvimento mais integrado e equitativo entre as províncias, valorizando, por um lado, o património cultural moçambicano e, por outro, criando uma base para a afirmação das identidades culturais de Moçambique, na África Austral, no continente africano em geral, e no mundo.

É ao Estado que compete sustentar a cultura e assegurar a sua difusão a toda a população, cuja necessidade de desenvolvimento obriga a que as unidades sociais sejam grandes e culturalmente ho-

mogéneas, que o povo seja marcado culturalmente. Há urgência que o projeto de unificação cultural seja o garante da manutenção dessa unidade, devendo ser a luta nesse sentido, pois “*quando uma luta se desliga ou não tem um projeto cultural subjacente, não tem grandes hipóteses de triunfo, mais cedo ou mais tarde fracassa.*”¹²

Tem sido difícil conciliar isto com as realidades culturais existentes em cada país africano, apontando, ao invés, para um ideal social e político de multiculturalidade, a qual garantiria o direito humano fundamental de ser culturalmente diferente, sem que isso implique diferença de oportunidades. Contudo, as diferenças culturais são na maior parte das vezes sentidas como potenciais inimigas da unidade nacional e é incentivada a cultura comum generalizada e homogênea em detrimento das culturas tradicionais.

O estudo comparatista, ao tomar consciência desta emergência de culturas, deve ter em atenção que não é necessário classificar toda uma cultura de superior a outra de uma forma absoluta e muito menos exigir que elas permaneçam nessa ordem ao longo da história. Thomas Sowell, autor que estuda a evolução das civilizações, refere haver no progresso do homem «*transferência de avanços culturais de um grupo para outro e de uma civilização para outra.*»¹³ Aquele autor acrescenta que:

«o histórico compartilhamento dos avanços culturais, até se tornar a herança comum da espécie humana, envolve muito mais que a diversidade cultural. Significa que algumas características culturais não são apenas diferentes de outras, mas melhores. O próprio facto de os povos - sejam europeus, africanos, asiáticos ou outros- terem muitas vezes preferido abandonar alguns traços da sua própria cultura para substituí-los por algo de outras culturas significa que a troca serviu os seus objetivos de forma mais útil: os algarismos arábicos não são simplesmente diferentes dos romanos, são melhores que estes»¹⁴.

Um poder totalitário submerge as entidades culturais coletivas,

impondo uma cultura como a única válida, tal como nos refere Luís Bernardo Honwana: «um estado normalmente representa uma multiplicidade de culturas»¹⁵. Adota-se (incorretamente) a cultura do grupo ou da nação dominante como cultura padrão, ora essa cultura padrão existente em Moçambique surge como elemento perturbador, por

«não ser referível a nenhum dos grupos etno-linguísticos em presença. Trata-se de uma cultura híbrida (...) de elementos da cultura do colonizador e elementos das culturas negro-africanas. É a cultura adotada pela classe dirigente, pela necessidade de introduzir no novo estado a dimensão da modernidade. Acredita-se que esta cultura é melhor instrumento veiculador da ciência e da técnica e de todos os conhecimentos que requerem a condução de um estado moderno e o seu relacionamento internacional. A mais forte referência desta cultura é a Língua Portuguesa, embora não se trate, em definição, de cultura portuguesa. Esta cultura aculturada, que tem na origem um ato de agressão, sobrevive ao colonialismo que a implantou e hoje funciona como a matriz de uma cultura nacional, integrada por coabitação de elementos linguísticos, etnológicos e comportamentais das expressões culturais do espaço nacional»¹⁶.

A identidade cultural e o diálogo de culturas estão em interdependência estreita com os direitos do homem e os das entidades coletivas. Construir essa nova ordem cultural é construir em estreita ligação uma nova ordem económica e uma nova ordem política, uma vez que só uma lógica única pode conduzi-las para um futuro de equilíbrio. O homem, pela sua arte e pela sua sensibilidade e saber, humanizará o mundo de tal forma que todo o ser esteja ligado ao seu ambiente, à sua obra, às suas raízes¹⁷.

A visão cósmica do escritor latino-americano procura uma unidade na profusão das culturas, nasce sempre de uma projeção do ser no espaço habitado pela imaginação, um espaço vivido «*non dans sa positivité, mais avec toutes les partialités de l'imagination*»¹⁸.

A importância atual daquela literatura provém sobretudo do facto

de recusar toda a espécie de abstração puramente intelectualista e um certo determinismo conceptualista. Os problemas estéticos levantados pela literatura latino-americana contemporânea, não devem (tal como as literaturas africanas de língua portuguesa) ser abordados como se estivessem totalmente separados da literatura europeia desde os finais do século XIX aos nossos dias. Impõe-se o estudo comparativo, uma vez que as raízes dessa literatura são europeias num passado recente e, num passado mais remoto, sobretudo espanholas (portuguesas, para o caso das literaturas africanas). A sua autonomia só poderá impor-se em relação a uma evolução da literatura universal, sendo o importante saber como, a partir dessas raízes europeias aquela literatura (tal como a africana) evitou o conflito entre cultura, ou seja, entre sistematização cultural de tipo intelectualista e criação pura, atingindo uma unidade estrutural para lá do problema dos géneros e modelos fixos, inconciliáveis entre si, ultrapassando a aparente incompatibilidade entre mito e história.

O escritor procura conciliar culturas diversas e mesmo opostas, ou seja, culturas de origem ocidental e oriental com culturas autóctones (caso da escrita de Mia Couto na literatura moçambicana). Apesar da origem cultural múltipla daqueles escritores, bem como do seu destino histórico e social ser ainda indefinido, participam na construção da identidade dessas literaturas.

As raízes daquelas literaturas são também as raízes de novos continentes, com tudo o que isso implica de assimilações diversas, de revoltas ou de lutas, de experiências desordenadas, em suma, de construção de uma identidade, que seja não só a de um país determinado, nem sequer de todo um continente, mas sim a de um renascimento no sentido etimológico mais rigoroso do termo.

Uma das constantes da literatura latino-americana contemporânea é a de desenvolver um conceito de cultura aberta que acumula referências históricas múltiplas, referências cujo alcance ao nível da

linguagem é de uma síntese trans-histórica, construindo uma cosmogonia de imagens poéticas, liberta dos vícios do intelectualismo europeu.

A relação estabelecida entre aquelas literaturas e as literaturas africanas, a partir de uma perspectiva comparatista, reside no facto de terem emergido de situações coloniais, procurando construir uma identidade cultural própria.

O diálogo entre tradição e modernidade nas sociedades e culturas descolonizadas contribui para a compreensão do modo como certos textos literários configuram projetos narrativos realistas. A um período dominado pela afirmação de esquemas conceptuais dualistas, dirigidos para a defesa de dicotomias entre o *africano* e o *ocidental*, tem sucedido uma cada vez maior abertura ao reconhecimento de que só numa perspectiva multicultural se poderá compreender e se poderão afirmar, na prática, as identidades culturais das nações africanas.

Neste contexto, estudos recentes têm sido orientados para a necessidade de se atender ao facto de que a experiência da colonização implica o desenvolvimento de situações de transculturação, geradoras de fusões e penetrações entre a cultura do colonizador e a cultura do colonizado. Ainda que seja forçoso admitir a diferença de valoração de uma e de outra nas sociedades coloniais, não seria legítimo reduzir o contacto entre ambas a uma relação de submissão da segunda e imposição hegemónica da primeira. Laura Garcia-Moreno, numa reflexão orientada para o espaço da América Latina, mas que mantém a sua pertinência em relação à África pela idêntica situação pós-colonial, adverte para a necessária conceção da identidade destas sociedades “in terms of hybridity, mestizaje, and transculturation”¹⁹. De igual modo F. Buell, ao analisar o pensamento teórico de Ashis Nandy, autor de *The Intimate Enemy: Loss and Recovery of Self under Colonialism*, aponta a evolução da perspectiva dualista

de Fanon para a daquele africanista, a qual se traduz na aceitação do compromisso e do hibridismo por parte do sujeito colonizado:

“in moving from Fanon to Nandy, cultural nationalism’s assertion of the separateness of separate cultures yields to a vivid perception of how cultures interact; revolutionary separatism is renounced in favor of dialogue - the maintenance of different positions by self-differentiating entities in a common discourse (...) Self and other, or the One and the Other, systems of binary opposites, yield to a more complex awareness that each term is shaped by and helps shape the other”²⁰.

Inerente à relação entre cultura do colonizador e cultura do colonizado é a dualidade entre tradição e modernidade. Com efeito, embora estas identificações possam ser questionadas, é geralmente reconhecido que a tradição se liga à substância da *africanidade* enquanto que a modernidade surge pela ação dos agentes ocidentais durante a colonização e mesmo depois dela. A relação entre tradição e modernidade não poderá ser concebida como se se tratasse de termos excludentes, conforme observa Patrick Chabal ao considerar que “toda a cultura é uma constante fusão transformativa do tradicional e do moderno, deste modo, modernidade não é o inverso da tradição, mas antes tradição tal como se mudou e modernizou”²¹.

Com a mudança das circunstâncias históricas, uma defesa intransigente das tradições seria inconsequente, pois estas, mantendo-se inalteradas, não poderiam continuar a cumprir as suas funções nas novas sociedades²². Assim sendo, e seguindo a mesma ordem de ideias que nos tem orientado, entre o legado tradicional africano e o contributo de inovação ocidental existe um diálogo que conduz em última análise, a uma identidade feita de adição e não de subtração²³.

Na relação entre tradição e modernidade nas literaturas e culturas africanas, um aspeto fundamental que é necessário ter em atenção consiste no confronto entre estruturas rurais e estruturas urbanas nas sociedades contemporâneas de África. Na verdade, o desenvolvi-

mento dos processos de colonização (já referido acima) implicou a afirmação de cidades de grande dimensão, abalando em grande parte a estrutura predominantemente rural das sociedades tradicionais africanas. O modelo ocidental de cidade difunde-se de forma rápida pelo continente africano, alimentado tanto por colonos europeus como por fluxos migratórios de africanos vindos do interior rural, fluxos estes que persistem e mesmo se agudizam após as independências.

As cidades coloniais, ao constituírem-se como pólos de desenvolvimento económico e social, evidenciam e acentuam a necessidade de adoção de modelos culturais e civilizacionais do Ocidente. Nas novas condições sociais, a oralidade, modo privilegiado de produção e transmissão do saber nas sociedades tradicionais, revelava-se insuficiente, tornando-se fundamental o domínio de códigos escritos. Como a escrita se foi implantando, de forma predominante, com base nas línguas do colonizador, os idiomas africanos permaneceram confinados de forma quase sistemática à expressão oral, o que reforçou a intensidade da aculturação e simultaneamente limitou o desenvolvimento das culturas autóctones. As línguas europeias, para além de línguas do comércio e da administração, eram igualmente línguas de cultura, não devendo ser esquecido o facto de que a escolarização, sobretudo nos espaços de colonização francesa e portuguesa, praticamente ignorava idiomas e dialetos africanos.

Dentro deste quadro de mutações civilizacionais e culturais geradas pelo desenvolvimento do urbanismo em África, as literaturas africanas escritas surgem ligadas a uma pequena elite urbana escolarizada, constituída sobretudo por pequenos funcionários ou comerciantes integrados no regime colonial. A tradição oral tende, assim, a ficar relegada para os espaços rurais, de certo modo isolada de uma cultura escrita em progressiva afirmação nos meios urbanos. Salvato Trigo considera, por esta razão, as literaturas de expressão portu-

guesa, e outras em língua de colonização, como “fenómenos de urbanismo”, pois «alimentam-se essencialmente das contradições e da dialética sócio-cultural geradas pelo advento da cidade à África»²⁴.

De modo semelhante, Alfredo Margarido aponta para a interrelação existente entre a afirmação dos Estados coloniais, realizada em grande parte através da transferência de estruturas ocidentais, e as condições criadas por essas mesmas mudanças nos modos de vida: “a evolução e o desenvolvimento das literaturas escritas estão diretamente associados à eficácia dos Estados, assim como ao duplo reforço da urbanização e da escolarização, sabendo (...) que a difusão da escrita se traduz sempre por uma mutação do quadro civilizacional”²⁵.

Hoje em dia, há que considerar que as literaturas africanas continuam a desenvolver-se dentro de grupos sociais urbanos, com quadros mentais e culturais de referência que decorrem essencialmente de um contacto intenso com a cultura ocidental. A ligação do escritor com as tradições orais das comunidades rurais poderá ser procurada de forma mais ou menos sistemática, não podendo ser ignorado que a escrita literária se encontra em grande medida dependente das condições oferecidas ao autor por uma vivência urbana, tanto em termos de formação como em termos de acesso a tendências e influências vindas do exterior.

A familiaridade do escritor com os espaços urbanos reflete-se na preferência por temas e ambientes citadinos na configuração do espaço narrativo.

Mia Couto nas suas narrativas (caso de *Vozes Anotecidas*) localiza a ação da grande maioria dos seus contos em espaços rurais, muitas vezes isolados, “sítios onde o mundo para e descansa a sua rotação milenar” (p. 147). Nestes textos, as estruturas urbanas recuam perante a permanência de estruturas rurais, mas ainda assim, as fronteiras não são estanques.

Embora seja necessário perspetivar a relação entre o campo e a cidade procurando compreender as diferenças que decorrem da diversa organização social num e noutra espaço, importa também ter em atenção a permeabilidade das fronteiras e as interações estabelecidas entre ruralidade e urbanismo. Com efeito, se, por um lado, a cidade acabou por ocupar espaços rurais e desagregar, em certa medida, modos de vida tradicionais, por outro lado, também a cidade foi sendo *invadida* pelo campo devido às correntes migratórias que continuamente convergiam e convergem para os grandes centros urbanos. Deste modo, a cidade africana colonial e pós-colonial, embora estruturada a partir de modelos civilizacionais ocidentais, tem vindo a ser impregnada dos valores e práticas da ruralidade²⁶. A importância entre a ruralidade e urbanidade presente nas cidades africanas não implica que se rasurem as diferenças e os confrontos que persistem entre ambos os espaços.

A flexibilização das fronteiras entre comunidades rurais e comunidades urbanas, com tudo o que tal representa em termos do contacto entre o que podem ser considerados os valores da tradição e os valores da modernidade está presente desde os tempos coloniais, sobretudo nos espaços de cruzamento de culturas e raças, acentuando-se hoje com as migrações provocadas pelas guerras e fomes e pelas novas necessidades das populações rurais.

Podemos considerar que, na narrativa pós-independência, paralelamente à preferência do escritor pelos espaços urbanos onde foi formado e nos quais vive, surge-nos uma atenção privilegiada sobre o campo, mas em termos que recusam o modelo de um bucolismo romântico (caso de Mia Couto). A análise do espaço narrativo revestir-se-á de uma particular importância, dadas as implicações semânticas e ideológicas de tal escolha.

Nenhum texto pode ser concebido desligado de um diálogo com o meio social e cultural e com o conjunto de produções linguísti-

cas, literárias e não literárias, que o precederam. Na definição destes princípios revestem-se de grande importância os estudos bakhtinianos sobre o dialogismo, os quais remetem genericamente para a ideia que qualquer discurso estabelece necessariamente relações com os discursos alheios presentes nos meios social, cultural e ideológico. Esta condição de diálogo com o *outro*, considera Bakhtine, é imanente a todo o ato discursivo, uma vez que apenas um ser humano em estado *adâmico* poderia estar imune à influência de vozes e consciências exteriores a si:

“Un énoncé vivant, significativement surgi à un moment historique et dans un milieu social déterminés, ne peut manquer de toucher à des milliers de fils dialogiques vivants, tissés par la conscience socioidéologique autour de l’objet de tel énoncé et de participer activement au dialogue social”²⁷.

A noção bakhtiniana de *orientação dialógica do discurso* conheceu uma grande divulgação e foi amplamente estudada em diversos contextos, adotando-se geralmente o conceito de intertextualidade, introduzido por Julia Kristeva na apresentação de Bakhtine, para designar as relações que um enunciado estabelece com outros enunciados - os intertextos. Estes tanto podem ser constituídos por textos verbais, literários ou não literários, como, em teorias mais abrangentes, por outros objetos semióticos²⁸. Deste modo, o texto é sempre *múltiplo* e no horizonte quer do produtor quer do recetor deverá estar presente a consciência de que “tout texte se construit comme mosaïque de citations, tout texte est absorption et transformation d’un autre texte. À la place de la notion d’intersubjectivité s’installe celle d’intertextualité, et le langage poétique se lit, au moins, comme *double*”²⁹.

A pertinência dos conceitos de intertextualidade e dialogismo no estudo das literaturas africanas modernas resulta evidente a partir do momento em que consideramos estas literaturas do ponto de vista do

diálogo de culturas e tradições nelas estabelecido.

A consideração das relações dialógicas estabelecidas nas literaturas africanas contemporâneas implica que se preste especial atenção à evolução que se verificou nestas sociedades de culturas orais e culturas escritas (ou, em determinados casos, culturas *mistas*). O próprio conceito de intertextualidade apresenta-se numa e noutra situação de forma totalmente diferente, propondo Walter J. Ong a ideia de que apenas com o surgimento da imprensa emerge a consciência do fenómeno da intertextualidade, estando esta ausente enquanto conceito passível de uma reflexão intencionada nas culturas orais e manuscritas³⁰. Ong chama a atenção para a diferença entre culturas orais e culturas escritas (com as culturas manuscritas constituindo um estágio intermédio) no que diz respeito à atitude do produtor relativamente ao *corpus* de textos necessariamente implicado na situação comunicativa. Na verdade, não é a *existência* da intertextualidade que está em causa, qualquer texto, oral ou escrito, em qualquer época e em qualquer cultura, entra em diálogo com discursos *outros* - mas sim o conceito de autoria, entendido como direito de propriedade sobre o texto (inexistente na tradição oral) e exigência de originalidade.

Referências bibliográficas

- Bachelard, Gaston (1970). *La poétique de l'espace*. Paris: P.U.F.
- Bakhtine, Mikhaïl (1984). *Esthétique de la Création Verbale*. Paris: Gallimard.
- Barthes, Roland (1982). *Littérature et réalité*. Paris: Seuil.
- Buell, Frederick (1994). *National Cultures and the New Global System*. Baltimore: London, The John Hopkins University Press.
- Cabral, Luís (1984). *Crónica da Libertação*. Lisboa: O Jornal.
- Chabal, Patrick (1987) *op. cit.*, p. 23. Um provérbio do povo Igbo, citado por Albert Gérard frisa que “it is not traditional to be conservative”.
- Chebel, Malek (1986). *La formation de l'identité politique*. Paris: P.U.F.
- Couto, Mia (1986). *Vozes Anoitecidas*, Lisboa: Editorial Caminho.
- Garcia-Moreno, Laura (1995). Situation Knowledges: latin american readings of postmodernism. *Diacritics*, Spring.
- Gérard, Albert (1987). “Literary tradition and black change in Black África”. *Estudos Portugueses e Africanos*, 10.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1982). *Identité culturelle et humanisme universalisant*. Instituto Português de Ensino à Distância.
- Honwana, Luís Bernardo (1993). Intervenção, na *Conferência Nacional sobre Cultura*, Maputo, DOC.11/CN/93.
- Kristeva, Julia (1970). *Le Texte du Roman*. Paris: The Hague, Mouton.
- Lotman, Yuri (1981). Sobre o mecanismo Semiótico da Cultura AA.VV. *Ensaios de Semiótica Soviética*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Machado & Pageaux, Álvaro (1980). *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Lisboa: Edições 70.
- Manhiça, Salomão & Afonso, Ana Elisa (1993). *Cultura e Desenvolvimento*. 1ª Conf. Nac. sobre Cultura. Maputo: DOC.2/CNC/1993.
- Margarido, Alfredo (1988). Língua, literatura e Estado. *Angolê, Artes e Letras*, nº 10, julho/setembro.
- Matusse, Renato (1993). *Proposta de Política Cultural de Moçambique, 1ª Conf. Nac. sobre Cultura*. Maputo: DOC.7/CNC/93.
- Ong, Walter J. (1982). *Orality and literacy. The technologizing of the world*, London-New York: Routledge.
- Rosário, Lourenço do (1982). Língua Portuguesa e Cultura Moçambicana. *Cadernos de Literatura*, nº 12. Coimbra.
- Rui, Manuel (1979). “Entre mim e o nómade - a flor”, *África* 5, Julho-Setembro, p. 543.
- Sousa, Luís Manuel M. de (1999). *A Construção da Identidade na Literatura Moçambicana*. Tese de doutoramento policopiada. Lisboa: Biblioteca Víctor de Sá, Universidade Lusófona.
- Sowell, Thomas (1992). Como evoluem as civilizações, *Diálogo*, nº2, vol.25/92.
- Titiev, Mischa (1985). *Introdução à Antropologia Cultural*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian. 5ª ed.
- Trigo, Salvato (1985). Literaturas de expressão Portuguesa: um fenómeno de urbanismo, *Les Littératures Africaines de Langue Portugaise, A la Recherche de l'Identité Individuelle et Nationale*. Paris: Actes du Colloque International.

Notas

- ¹ Cabral, Luís (1984). *Crónica da Libertação*, Lisboa, O Jornal, p. 24.
- ² Barthes, Roland (1982). *Littérature et réalité*, Paris: Seuil, p. 117.
- ³ Matusse, Renato (1993). Proposta de Política Cultural de Moçambique, *1ª Conf. Nac. sobre Cultura*, Maputo, DOC.7/CNC/93, p. 4.
- ⁴ Titiev, Mischa (1985). *Introdução à Antropologia Cultural*, 5ª ed. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, p. 390.
- ⁵ Lotman, Yuri (1981). Sobre o mecanismo Semiótico da Cultura, AA.VV. *Ensaio de Semiótica Soviética*, Lisboa: Livros Horizonte, p. 40.
- ⁶ Machado & Pageaux, Álvaro (1980). *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*, Lisboa: Edições 70, p. 149.
- ⁷ Chebel, Malek (1986). *La formation de l'identité politique*, Paris : P.U.F., p. 33.
- ⁸ Honwana, Luís Bernardo (1993). «Intervenção», *Conferência Nacional sobre Cultura*, Maputo, DOC.11/CN/93, p. 11 e Doc. 30/CNC/93, p. 4.
- ⁹ *1ª Conf. Nac. sobre Cultura*, Maputo, DOC.11/CN/93, 1993, p.11.
- ¹⁰ Matusse, Renato (1993). Proposta de Política Cultural de Moçambique, *1ª Conf. Nac. sobre Cultura*, Maputo, DOC.7/CNC/93, p. 13.
- ¹¹ Manhiça, Salomão & Afonso, Ana Elisa (1993). Cultura e Desenvolvimento, *1ª Conf. Nac. sobre Cultura*, Maputo, DOC.2/CNC, p. 2.
- ¹² Rosário, Lourenço do (1982). Língua Portuguesa e Cultura Moçambicana, *Cadernos de Literatura*, nº 12, Coimbra, 1982, p. 63.
- ¹³ Sowell, Thomas (1992). Como evoluem as civilizações, *Diálogo*, 1992, p. 25.
- ¹⁴ Idem, *ibidem*.
- ¹⁵ Honwana, Luís Bernardo (1993). «Intervenção», *Conferência Nacional sobre Cultura*, Maputo, DOC.11/CN/93., 1993, pp. 6-7.
- ¹⁶ Idem, *ibidem*.
- ¹⁷ Godinho, Vitorino Magalhães (1982). *Identité culturelle et humanisme universalisant*, Instituto Português de Ensino à Distância, p. 12.
- ¹⁸ Bachelard, Gaston (1970). *La poétique de l'espace*, Paris, P.U.F., p. 17.
- ¹⁹ Garcia-Moreno, Laura (1995). Situation Knowledges: latin american readings of postmodernism, *Diacritics*, Spring, p. 68.
- ²⁰ Buell, Frederick (1994). *National Cultures and the New Global System*, Baltimore/London: The John Hopkins University Press, p. 252.
- ²¹ Chabal, Patrick, *op. cit.*, p. 23. Um provérbio do povo Igbo citado por Albert Gérard frisa que «it is not traditional to be conservative», Gérard, Albert (1987). *Literary tradition and black change in Black África. Estudos Portugueses e Africanos*, 10, p. 45.
- ²² A este propósito, Walter J. Ong afirma: «Orality is not an ideal, and never was. To approach it positively is not to advocate it as a permanent state for any culture. Literacy opens possibilities to the word and to human existence unimaginable without writing. Oral cultures today value their oral traditions and agonize over the loss of this traditions, but I never encountered or heard of an oral culture that does not want to achieve literacy as soon as possible. (...) Yet orality is not despicable. (...) Nor is orality ever completely eradicable: reading a text oralizes it. Both orality and the growth of literacy out of orality are necessary for the evolution of consciousness», Ong, Walter J. (1982). *Orality and literacy. The technologizing of the world*, London-New York: Routledge, p. 175. Deste modo, Ong contraria tanto os discursos teóricos que reduzem a oralidade a um estado *primitivista*, civilizacionalmente inferior, como aqueles que, em nome de um conservadorismo de sentido retrógrado, defendem a oralidade contra o que seria a *invasão corruptora* das culturas da escrita.
- ²³ Manuel Rui, escritor angolano, expressa o profundo humanismo subjacente a uma conceção multicultural da pátria e da escrita criativa: “Eu, letrado, transformo-me quando me falo e escrevo em parte oraturizado. Ser pátria assim, multilinguística e multicultural é ser-se mais rico para a criatividade contra o nacionalismo tacanho, chauvinista, baseado quase só na raça e língua. Numa pátria assim, sempre o real se decifra por ângulos cada vez mais diferentes e a própria comunicação é a multicriatividade, pelo que é essencial: o homem. Eu e o nómada podemos elaborar um texto comum e o que nos apaixonam são as nossas diferenças conjugadas no vértice da identidade nacional. (...) O homem cada vez mais se descontinentaliza. Como pensar então um mundo do futuro com pátrias e nações a partir da raça?”,

Rui, Manuel (1979). Entre mim e o nómada - a flor, *África* 5, Julho-Setembro, p. 543.

²⁴ Trigo, Salvato (1985). Literaturas de expressão Portuguesa: um fenómeno de urbanismo, *Les Littératures Africaines de Langue Portugaise, A la Recherche de l'Identité Individuelle et Nationale. Actes du Colloque International*. Paris, p. 548.

²⁵ Margarido, Alfredo (1988). Língua, literatura e Estado, *Angolê, Artes e Letras*. nº 10, julho/setembro, p. 9.

²⁶ Num breve texto de Mía Couto, “Um pilão no nono andar”, integrado na obra *Cronicando* (1991), uma atividade própria do espaço rural - o uso do pilão - é *transplantada* para a cidade, o que provoca problemas evidentes no normal funcionamento da comunidade urbana, acabando por ser a ruralidade que se sobrepõe, até certo ponto, à urbanidade. Perante a reclamação dos inquilinos devido ao barulho provocado pelo pilão no apartamento, a atividade passa a ser exercida no pátio, mas com a condição de o vizinho ceder espaço na garagem para guardar o pilão. Esta situação, aparentemente conciliadora dos interesses de todos, tem por resultado que a carrinha sofra estragos provocados pelo pilão, o que, segundo o vizinho do nono andar, seria resolvido de forma muito simples: a garagem passaria a servir apenas para guardar o pilão. Apesar dos aspetos anedóticos que esta história contém, uma leitura possível poderá levar à consideração da força dos modos da ruralidade em meios onde, à primeira vista, não encontrariam qualquer possibilidade de sobrevivência.

²⁷ Bakhtine, Mikhaïl (1984). *Esthétique de la Création Verbale*, Paris: Gallimard, p. 100.

²⁸ No âmbito de uma teoria da intertextualidade, chamamos a atenção para os importantes e conhecidos estudos: Genette, Gérard (1982). *Palimpsestes*, Paris: Seuil; Todorov, Tzvetan (1981). *Mikhail Bakhtine - le principe dialogique suivi d'Écrits du Cercle de Bakhtine*, Paris: Seuil; Bakhtine, Mikhaïl (1970). *La Poétique de Dostoievski*. Paris: Seuil e Bakhtine, Mikhaïl (1984). *Esthétique de la Création Verbale*. Paris: Gallimard e Kristeva, Julia (1970). *Séméiotikè. Recherches pour une sémanalyse*. Paris: Seuil e Kristeva, Julia (1970). *Le Texte du Roman*, Paris/The Hague: Mouton.

²⁹ Kristeva, Julia (1970). *Le Texte du Roman*, Paris/The Hague: Mouton, p. 85.

³⁰ “Manuscript culture had taken intertextuality for granted. Still tied to the common place tradition of the old oral world, it deliberately created texts out of other texts, borrowing, adapting, sharing the common, originally oral, formulas and themes, even though it worked them up into fresh literary forms impossible without writing. Print culture gave birth to the romantic notions of ‘originality’ and ‘creativity’, which set apart an individual work from other works even more, seeing its origins and meaning as independent of outside influence, at least ideally. When in the past few decades doctrines of intertextuality arose to counteract the isolationist aesthetics of romantic print culture, they come as a kind of shock. They were all the more disquieting because modern writers, agonizingly aware of literary history and the *de facto* intertextuality of their own works, are concerned that they may be producing nothing really new or fresh at all, that they may be totally under the ‘influence’ of other texts.” Ong, Walter J., *op. cit.*, pp. 133-134.